



Número: **0817966-55.2019.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **08/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|---|--------------------|---|-------------------|
| PATRICK NILSON PINTO DE MENEZES (AUTOR) | | KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA DPVAT (RÉU) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 49626000 | 08/10/2019 18:55 | Petição Inicial | Petição Inicial |
| 49626001 | 08/10/2019 18:55 | INICIAL | Outros documentos |
| 49626002 | 08/10/2019 18:55 | Procuração, Contrato, Declaração de Pobreza e Insento de Imposto de Renda | Outros documentos |
| 49626003 | 08/10/2019 18:55 | DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO | Outros documentos |
| 49626004 | 08/10/2019 18:55 | COMPROVANTE DE RESIDENCIA | Outros documentos |
| 49626005 | 08/10/2019 18:55 | DUT | Outros documentos |
| 49626006 | 08/10/2019 18:55 | BOLETIM OCORRENCIA | Outros documentos |
| 49626007 | 08/10/2019 18:55 | PROCESSO ADMINISTRATIVO | Outros documentos |
| 49626008 | 08/10/2019 18:55 | ATO DECLARATORIO | Outros documentos |
| 49626009 | 08/10/2019 18:55 | BAM | Outros documentos |

em anexo.



**MOSSORO & ADVOGADOS ASSOCIADOS
KELLY MARIA MEDEIROS NASCIMENTO
DARWIN WAMBERTO B. SALES**

Rua Antonio Vieira de Sá nº 986
– Bairro Aeroporto-Mossoro-RN
Tel (84) 9991-1313

Exmo. (a). Sr.(a) Dr.(a) Juiz (a) de Direito da vara Cível da Comarca de Mossoró, RN.

PATRICK NILSON PINTO DE MENEZES, brasileiro (a), solteira (a), vendedor, portador (a) do RG nº 003.186.111 SSP/RN e inscrito (a) no CPF/MF sob o nº 017.055.914-93, podendo ser intimado (a) no (a) Rua Dona Caboquinha n.378-Bairro: Alto do Sumaré- Mossoró-RN- **CEP:59.600.000**,por intermédio de seus procuradores que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço acima em epígrafe, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex^a, propor o presente:

AÇÃO DE COBRANÇA, c/c, REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS.

Contra: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ de nº 09.248.608/0001-04, podendo ser citada através de seu representante legal na Av. Treze De Maio nº 74, 2º andar, Edifício Darke, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20031-902, expondo e requerendo ao final o seguinte:

Ab Initio

Requer inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso à Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

Douto Julgador, é sabido que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, **nada basta além do simples pedido**, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido



em petição inicial, conforme preceitua a Lei de n.º 1.060, de 05.02.1950 e do Código de Processo Penal em seu art. 4º *caput*.

Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa a assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e o acesso à Justiça.

1. **SINOPSE DOS FATOS:**

O (a) Autor (a) foi vítima de acidente de trânsito, fato ocorrido no dia 13 de abril de 2019, por volta das 12h00min, enquanto conduzia sua motocicleta HONDA NXR 150 BROSMIX ES, ano e modelo 2010 de placa MZM-3811 RN- licenciada em seu nome, quando em via Pública da Avenida Presidente Dutra, no Bairro do Alto de São Manoel ao tentar desviar sua motocicleta de uma bicicleta perdeu o controle da mesma vindo a cair no solo sofrendo fratura na mão, que foi socorrido pelo SAMU para o Hospital Regional Tarcisio Maia nesta cidade, onde foi submetido aos devidos procedimentos médicos de urgência, conforme se faz prova através de documentos em anexo.

Devido as gravidades das lesões, o (a) Requerente fora submetido (a) a intervenções médicas devido a **FRATURA DO 5º. MCD DA MÃO DIREITA**, cuja seqüelas comprometendo as funções dentre outras complicações físicas, conforme prontuário médico, em anexo.

Esclarece a parte promovente que o beneficiário terá apenas dois caminhos para dar entrada no DPVAT:

Primeiro- O beneficiário poderá se dirigir até uma agencia dos Correios e Telégrafos para entregar o seu requerimento.

Segundo- Terá que se dirigir até uma das seguradora conveniadas na cidade de NATAL-RN, onde também poderá entregar os documentos para serem remetidos a Seguradora Lider.

Devido ao fato do sinistro em tela, decorrer de acidente de transito a parte promovente requereu administrativamente, seguro – DPVAT, tendo enviado a documentação para Seguradora Líder, através da **COMPREV PREVIDENCIA S/A FILIAL NATAL-RN**, tendo a requerida pendenciado o processo sem qualquer amparo legal, conforme documentos em anexo.

O processo junto a requerida foi recepcionado – com Sinistro n. 3190530645, cumprindo desta forma a exigência legal.

O autor requereu processo DPVAT, tendo remetido o processo para a requerida, conforme documentos em anexo, cumprindo desta forma a determinação imposta pelo STF, seguida, acompanhada pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, em recente decisão assim proferiu o seguinte acórdão, nos autos do Agravo de Instrumento nº 2015.011718-1, que teve



como Relator Desembargador Amaury Moura Sobrinho reconheceu a necessidade do prévio requerimento administrativo apenas para as causas relativas ao seguro DPVAT ajuizadas após 03 de setembro de 2014.

Transcrevo trecho do voto:

"... Portanto, a par do decidido pelo Supremo Tribunal Federal, deve essa Corte de Justiça adotar o novel pensamento oriundo da Colenda Suprema Corte para anotar que nas ações ajuizadas após 03.09.2014, como ocorre no caso presente, "a exigência de prévio requerimento não se confunde com o exaurimento das vias administrativas..."

Observa-se que o requerimento administrativo fora devidamente efetivado pela parte autora.

Ora Douto Magistrado, tratando-se de seguro DPVAT, o beneficiário deve ingressar com o pedido de indenização junto a Requerida, podendo ocorrer três hipóteses:

Primeiro- A documentação é recepcionada pela seguradora, ocorrendo a perícia por médicos pagos e indicados pela autarquia. Posteriormente, é liberado de forma unilateral quantum em favor da vítima;

Segundo- O processo é recepcionado pela seguradora onde os analistas entendem que a documentação não se encontra dentro dos critérios criados pela Seguradora dos Consórcios do Seguros DPVAT, entenda-se: "exigências" não inseridas ou contidas na Lei nº 6.194/74, e ficam suspensos até o cumprimento da "pendência" administrativa;

Terceiro- A requerida analisa e decide NEGAR/INDEFERIR o processo administrativo, não tendo a vítima conhecimento do teor do indeferimento, visto que a "decisão" é interna e o mais grave ainda é que, na via administrativa não se tem a quem recorrer. Essas são as três principais correntes e linhas para concessão ou não do seguro DPVAT, em nosso país.

2. DA PRETENSÃO RESISTIDA DA REQUERIDA EM NÃO LIQUIDAR O DPVAT.

No caso sob júdice, ocorreu a "NEGATIVA" do pagamento da indenização, o que pôde ser observado é que a requerida, negou, cancelou, encontra-se público no sistema podendo ser acessado por qualquer parte interessada. Todavia, o processo foi indeferido de forma abrupta, sem qualquer respaldo normativo, visto que, nunca é demais ressaltar que os documentos necessários ao pagamento da indenização estão elencados na Lei nº 6.194/74.



Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

O fato é que inviabilizado o processo negado na via administrativa caberá ao jurisdicionado buscar o Poder Judiciário, para fazer valer a norma jurídica, visto que, a pendência exaurida pela promovida é uma forma de procrastinar ao máximo a indenização do seguro DPVAT.

Ora Douto Julgador, a pretensão resistida da requerida está devidamente comprovada no documento acostado pela parte autora, fato contundente, visto que, não existem meios administrativos que possam revogar a decisão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, para que autarquia venha apreciar e conseqüentemente pagar a indenização nos exatos termos da Lei n 6.194/74.

A burocracia da Requerida, entenda-se, inúmeras exigências administrativas criadas mensalmente, inseridas no processo DPVAT, torna bastante complexa a formatação de um processo, geradas a cada **reunião** do conselho que administra a autarquia.

As pessoas que militam no seguimento DPVAT, sabem das alterações impostas mês após mês, sem que os órgãos que deveriam fiscalizar viessem a atuar de forma mais contundente e vigilante.

No Brasil, a atual sociedade observa as mudanças ocorridas em diversos setores: autarquias, ministérios, e condução da *res pública*, e sonha que toda essa realidade possa ser implementada também em relação a fiscalização da Promovida, mesmo porque o **Tribunal de Contas da União**, descobriu fraudes senão vejamos:

“Denúncia do TCU. O lucro da Líder vem de 2% do faturamento do DPVAT, menos outras despesas, e em 2010 o valor girou em torno de R\$ 5,8 bilhões. Nos últimos quatro anos, o valor total arrecadado com o seguro foi o triplo do que é pago com indenizações. Para o TCU, o consórcio está inflando as despesas para lucrar mais. A consequência disso é que o valor pago pelos proprietários de veículos aumenta. Em 2011, o valor do DPVAT foi de R\$ 96,63 por veículo de passeio mais custo bancário. O Tribunal deu 90 dias para a Susep (Superintendência de Seguros Privados) - o órgão responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguros, previdência privada aberta”. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/12/08/seguro-dpvat-nao-tera-aumento-em-2012-afirma-seguradora.htm?cmpid=copiaecola>”.

3. DA PROVA

Assevera o art. 369, CPC:

Art. 369. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar



a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

Destarte, entende o Requerente que a prova do acidente pode ser verificada por outros elementos de prova, inclusive o testemunhal, nos termos do art. 444, CPC, senão vejamos:

Art. 444. Nos casos em que a lei exigir prova escrita da obrigação, é admissível a prova testemunhal quando houver começo de prova por escrito, emanado da parte contra a qual se pretende produzir a prova.

Nesse sentido a parte autora faz alusão a necessidade da inquirição da prova testemunhal, para reforçar, dissipar todas as possíveis dúvidas acerca do nexo causal, corroborando com a documentação exaurida pela unidade hospitalar onde ocorreu o atendimento médico do Requerente, deixando de forma clara a ocorrência do sinistro.

4. - DO PRAZO FIXADO PELA NORMA JURIDICA PARA LIQUIDAÇÃO DO DPVAT

O Art. 3º, da Lei 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo Seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas médicas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

III – até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas;

O prazo que a Seguradora Lider, tem para liquidar o processo será de 30 (trinta) dias, se não vejamos:

Art. 5º, da Lei nº 6.194/74:

“ § 1º - A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na



praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:”

Já os documentos indispensáveis para a regulamentação do DPVAT, estão alinhados no artigo retro citado, serão:

“ ... a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;”

A norma trata como indispensável, necessário a confecção do boletim de ocorrência, apenas nos casos de morte, sendo que, em momento, algum a Lei nº 6.194/74, condiciona, exige a juntada desse documento em casos tratando-se de processo de invalidez. Destarte, qualquer outra interpretação nesse sentido não encontrará amparo na norma legal.

O dispositivo legal disposto no art. 5º em seu parágrafo § 4º, dissipa quaisquer duvida ainda pendente sobre a comprovação do acidente por outros meios. In verbis:

“ - Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora.”

A jurisprudência pátria exaurida também da mesma forma que condicionou a comprovação do requerimento administrativo pelos beneficiários, também entendeu que tratando-se de DPVAT, o boletim de ocorrência poderá perfeitamente ser dispensado diante de outras provas, tais como: Declaração do SAMU, Corpo de Bombeiros e ficha de primeiro atendimento medico hospitalar dentre outros.

-DA AUFERIÇÃO DA GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ .

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento de que o pagamento de indenização por invalidez permanente será filtrado a partir da quantificação do grau de debilidade apresentado pela vítima, senão vejamos:

SÚMULA 474 – STJ: A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Destarte, surge a necessidade da realização de prova pericial para aferir-se o grau de invalidez, possibilitando ao magistrado a correta aplicação da Lei.

- DA IMPOSSIBILIDADE DE PREVISÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DA



DEMANDA

Esclarece o Autor, que diante da necessidade da perícia médica, onde serão quantificadas as lesões que acometem o Demandante, não é possível no presente momento a quantificação exata do proveito econômico a ser advindo da lide.

Em tempo aduz ainda que o Código de Processo Civil, em seu art. 324, §1º, II, III, revela a possibilidade de formulação de pedido genérico, senão vejamos

§1º. É lícito, porém, formular pedido

genérico: (...)

II – Quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato;

III – quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo Réu;

A lei 11.945/09, inseriu à legislação a tabela de parâmetros acerca dos percentuais a que serão submetidas quando da aferição do grau de invalidez, conforme se vê abaixo:

*Art. 30, §1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na **tabela anexa a esta Lei** as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009) (grifo nosso).*

Com a inclusão dessa tabela na lei, encerrou-se a polêmica jurisprudência acerca dos critérios para o cálculo da indenização proporcional. Instado a se manifestar, o Superior Tribunal de Justiça admitiu a validade da utilização dessa tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT, em situações de invalidez parcial.

5. DO REQUERIMENTO:

Pelo Exposto, requer a V. Exa., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a procedência da presente ação, para ao final condenar a requerida, ao pagamento da indenização do Seguro



DPVAT, a ser aferida após a realização da perícia médica, obedecendo a Tabela incluída pela Lei 11.945/09, requerendo ainda o seguinte:

- 01- Seja citada a Ré, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;
- 02- Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitido, especialmente, na produção de **prova pericial e testemunhal**, no sentido de quantificar o grau de lesão, nos quesitos seguem ao final desta;
- 03- Seja os valores devidamente corrigidos desde o evento danoso, conforme Súmula 54 do STJ;
- 04- *Nos termos do art. 334, § 5º, do Código de Processo Civil, requer a parte autora e desde já manifesta, pela natureza do litígio, seu desinteresse em auto composição, visto que, **em demandas similares inexistente qualquer proposta por parte da Seguradora Líder**;*
- 05- Como no caso em tela o deslinde **trata-se na confecção da prova pericial**, seja nomeado perito de confiança do Juízo, para a realização da prova retro citada, nos termos do art. 31.II da Lei nº 11.945/2009;
- 06- Requer seja designada audiência de instrução e julgamento;
- 07- Seja a demandada condenada em **20%, sobre o valor da causa**, (art. 85, III CPC), referente a honorários advocatícios;

Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art. 2º da Lei n. 1060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei;

Dá-se a presente o valor de **R\$ 1.000,00 (mil reais)** para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos.

Pede e Espera Deferimento.

MOSSORÓ-RN, 08 de outubro de 2019.

KELLY MARIA MEDEIROS NASCIMENTO
OAB-RN 7469



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS
COM CLAUSULA "AD EXITUM"

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante Patrick Wilson Pinto de Moraes brasileiro(a) Solteiro, Vendedor, portador do CPF: 017.055.914-93 residente na Rua: Dona Colégio, 378, Bairro: Alto Sumaré, cidade Mossoró, com os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de Mossoró -RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;

2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à **30% (trinta por cento)**, sob o valor da condenação, **independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;**

3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na cláusula **" ad exitum";**

4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à **30% (TRINTA POR CENTO)** sob o valor da causa;

5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..

Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.

Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 05/09/2019

Contratante: Patrick Wilson Pinto Moraes

Contratado: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO

OAB/7469

Testemunhas: _____

CPF nº _____

Testemunhas: _____

CPF nº _____



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: Patrick Nelson Pinto de Senegés, brasileiro(a)-
Solteiro, vendedor, portador do RG nº 003.186.111, e do
CPF nº 017.055.241-93, residente na
RUA: Dona Caloginha, BAIRRO:
378, cidade Mossoró - Rio Grande

do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: KELLY MARIA MEDEIROS
DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada, portadora da OAB/RN
7.469, EMMANUEL SARAIVA FERREIRA OAB/PB 16928 podendo serem
intimados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Mossoró-RN, ao qual
confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula
"ad Judicia", para ajuizar ação de cobrança na Comarca
Mossoró -RN, podendo a outorgada, confessar, assinar,
desistir, propor acordo, receber intimações, dar quitação,
transigir, apresentar réplica, oposições, firmar acordo, receber e
levantar ALVARA JUDICIAL, decorrente da presente ação, apresentar
recurso e contra razões, e ainda requererem seguro de vida, junto
bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo
levantar alvará judicial, acompanhar todo processo até o final do
julgamento, representado ainda os interesses do outorgante, podendo
ajuizar apelação, ou, qualquer outro remédio jurídico competente,
junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para
garantir o direito do outorgante, e finalmente, praticar todos os
atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 05/09/2019.

Outorgante: Patrick Nelson Pinto de Senegés

- Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Patrick Wilson Pinto de Jeneze, brasileiro(a), Solteiro, Vendedor
portador do RG n° 003.186.111, e do CPF 017.053.941-03, residente na
Rua: Dona Calopuína, na Cidade de Mossoró - Rio Grande do
Norte. Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é pobre na forma
da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as
despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na
Comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte. Afirma ainda
ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a
verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Comarca de Mossoró-RN em 05/09/2019.

Declarante: Patrick Wilson Pinto Muniz

CP - Decreto Lei n° 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

Eu, Patrick Nilson Pinto de Jesus brasileiro, Solteiro,
Vendedor, com CPF nº 057.055.944-93 residente na
Rua Dona cabocinha nº 378, BAIRRO: Alto Sumaré
Mossoro -RN, DECLARA, sob as penas da lei que é isento
de declarar imposto de renda, por não ter meios suficientes,
fazendo presente declaração nos termos- conforme previsto na Lei
7.115/83. Estou ciente das sanções administrativas, penais e
cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar lavro o
presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoro-RN, em 05/ Setembro/ 2019

Declarante: Patrick Nilson Pinto de Jesus

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

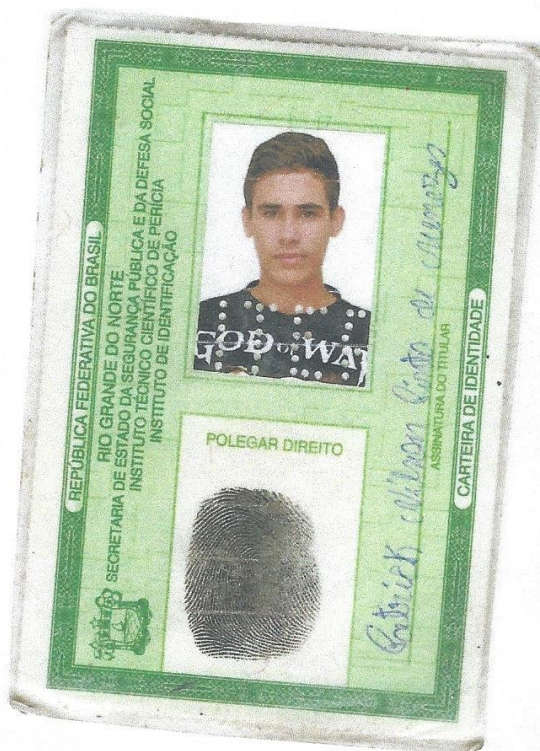
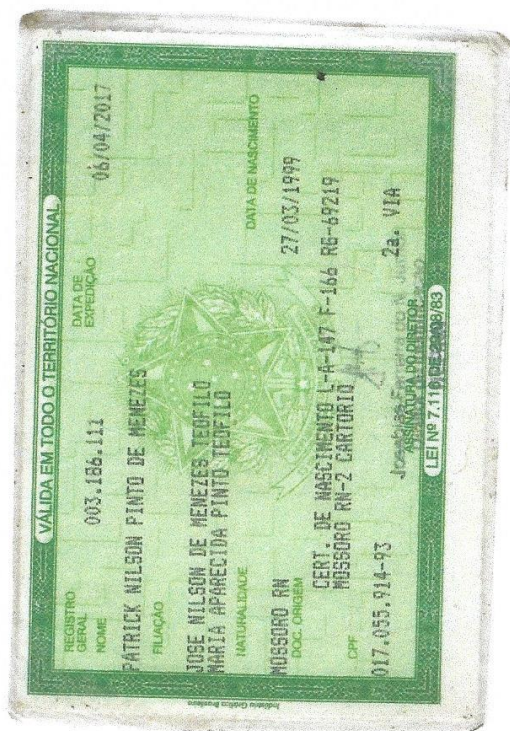
Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.





Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.430, de 26/04/02

cosern
neoenergia

NOTA FISCAL • FATURA • CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Marmoz, 150, Baldo, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81 | Insc. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE
JOCICLEY MONTEIRO DA SILVA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA DÔNA CABOQUINHA 378

CPF 050 509 464-92

ALTO DO SUMARE/ÁREA URBANA
MOSSORO RN
59600-001

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL RESIDENCIAL

CONTA CONTRATO
7009949474

MÊS/ANO
04/2019

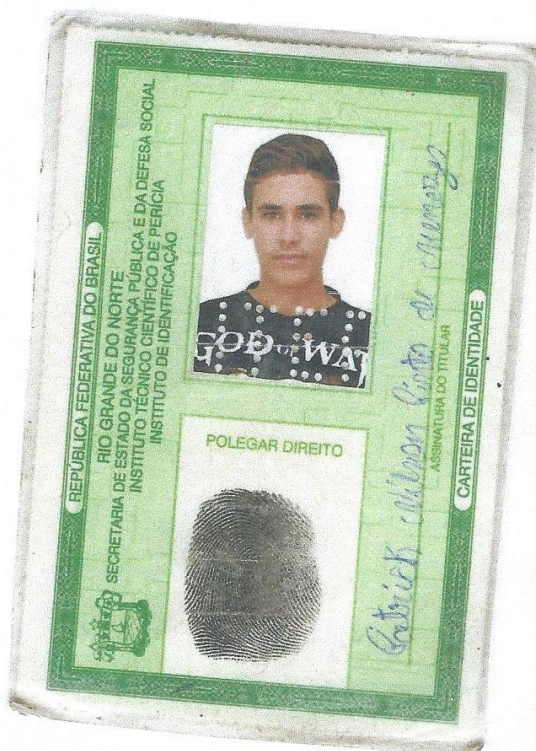
DATA DE VENCIMENTO
11/04/2019

DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
03/05/2019

TOTAL A PAGAR (R\$)
145,04

| DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL | QUANTIDADE | PREÇO (R\$) | VALOR (R\$) |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Consumo Ativo(kWh) | 198,0000000 | 0,65009464 | 128,71 |
| Contrib. Ilum. Pública Municipal | | | 11,42 |
| Multa por atraso-NF 020617035 - 07/03/19 | | | 2,81 |
| Juros por atraso-NF 020617035 - 07/03/19 | | | 0,99 |
| Atualização tarifa NF 020617035 - 07/03/19 | | | 1,11 |





Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NOTA FISCAL - FATURA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Menezes 150, Balda, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81 | Insc. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE

JOCILEY MONTEIRO DA SILVA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA D.ª CABOQUINHA 378

CPF 050 509 464-92

ALTO DO SUMARE/ÁREA URBANA
MOSSORÓ RN
59600-001

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL

CONTA CONTRATO

7009949474

MÊS/ANO

04/2019

DATA DE VENCIMENTO

11/04/2019

DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA

03/05/2019

TOTAL A PAGAR (R\$)

145,04

| Nº DA NOTA FISCAL | SÉRIE | EMIÇÃO |
|-------------------|---------------|------------------|
| 022101935 | ÚNICA | 04/04/2019 |
| APRESENTAÇÃO | Nº DO CLIENTE | Nº DA INSTALAÇÃO |
| 04/04/2019 | 3010921576 | 2564715 |

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

| | QUANTIDADE | PREÇO (R\$) | VALOR (R\$) |
|---|-------------|-------------|-------------|
| Consumo Ativo (kWh) | 198,0000000 | 0,65009464 | 128,71 |
| Contrib. Ilum. Pública Municipal | | | 11,42 |
| Multa por atraso-NF 020617035 - 07/03/19 | | | 2,81 |
| Juros por atraso-NF 020617035 - 07/03/19 | | | 0,99 |
| Atualização 15716-NF 020617035 - 07/03/19 | | | 1,21 |



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 08/10/2019 18:52:44

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100818524452600000047943260>

Número do documento: 19100818524452600000047943260

Pedido de serviço para Via para Pagamento Grupo B nº 1339534197

NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

COMPANHIA ENERGÉTICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

RUA MERMOSZ 150, BALDO
NATAL, RIO GRANDE DO NORTE
CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81
INSCRIÇÃO ESTADUAL 20055199-0



Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02

Ligações Gratuitas:

-TELEATENDIMENTO COSERN: 116

-Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142

-Ouvidoria 0800 084 0404

Agência Reguladora de Serviços do Rio Grande do Norte-

ARSEP 0800 727 0167 -Ligação Gratuita de Telefones Fixos

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL 167

Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

DADOS DO CLIENTE!
JOCICLEY MONTEIRO DA SILVA

DATA DE VENCIMENTO
11/09/2019

DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL

04/09/2019

CONTA CONTRATO
7009949474

ENDEREÇO

RUA DONA CABOQUINHA 378 -ALTO
DO SUMARE/AREA URBANA -59600-
001 MOSSORO RN -

TOTAL A PAGAR
R\$ 131,34

DATA DA APRESENTAÇÃO

04/09/2019

NÚMERO DA NOTA FISCAL

029553821

CLASSIFICAÇÃO

RESIDENCIAL
Monofásico
B1

PERÍODO CONSUMO

05/08/2019 a 04/09/2019

CONSUMO

165

ICMS - BASE DE CÁLCULO R\$ 0,00 Alíquota 18,00 valor do imposto R\$ 21,13

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

VIA PARA PAGAMENTO

Destaque aqui

CONTA CONTRATO

7009949474

MÊS/ANO

09/2019

TOTAL A PAGAR

R\$ 131,34

VENCIMENTO

11/09/2019

TALÃO DE PAGAMENTO

Evite dobrar e perfurar ou rasurar.
Este canhoto será usado em leitora ótica.

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

838600000018 313400384079 009949474200 012447309033



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

Nº 014527590282

VIA 1 CÔD. RENAVAM 00196914981 R.N.T.R.C. EXERCÍCIO 2019

NOME

JOSE NILSON DE MENEZES TEOFILO

CPF / CNPJ

020.601.874-60

PLACA

MZM3811

PLACA ANT / UF

MZM3811 / RN

CHASSI

9C2KD0520AR020127

ESPÉCIE TIPO

PASSAGEIRO/MOTOCICLETA/NAO APLICAVE

COMBUSTÍVEL

ALCOOL-GASOL

MARCA / MODELO

HONDA/NXR150 BROS MIX ES

ANO FAB

2010

ANO MOD

2010

CAP / POT / CIL

0CV/149 CILINDRADAS

CATEGORIA

PARTICULAR

COR PREDOMINANTE

PRETA

COTA ÚNICA

R\$ 0.00

VENC. COTA ÚNICA

12/03/2019

VENC / COTAS

1º PAGO

FAIXA I.P.V.A.

014914 3X

PARCELAMENTO / COTAS

R\$ 22.00

2º PAGO

3º PAGO

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)

IOF (R\$)

PRÊMIO TOTAL (R\$)

DATA DE PAGAMENTO

*** LICENCIAMENTO DETRAN: PAGO ***

DPVAT: PAGO

OBSERVAÇÕES

MOTOR: KD05E2A020127

MOSSORO/RN

DATA

26/04/2019

Carlos Silvestre da Silva
Coordenador de Registro de Veículos
DETRAN-RN

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

RN Nº 014527590282 BILHETE DE SEGURO DPVAT

2019

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO

2019

DATA EMISSÃO

26/04/2019

VIA

1

CPF / CNPJ

020.601.874-60

PLACA

MZM3811

RENAVAM

00196914981

MARCA / MODELO

HONDA/NXR150 BROS MIX ES

ANO FAB

2010

CAT. TARIF.

9

Nº CHASSI

9C2KD0520AR020127

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$)

DETRAN (R\$)

CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$)

IOF (R\$)

TOTAL A SER PAGO PELO SEGURODO (R\$)

PAGAMENTO

☒ COTA ÚNICA

☐ PARCELADO

DATA DE QUITAÇÃO

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.243.608/0001-04





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL
1º DISTRITO POLICIAL DE MOSSORÓ - MOSSORÓ - RN



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 015860/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 24/05/2019 14:37 Data/Hora Fim: 24/05/2019 14:54
Delegado de Polícia: Francisco Edvan de Queiroz

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: 1º Distrito Policial de Mossoró
Data/Hora do Fato: 13/04/2019 12:00

Local do Fato

Município: Mossoró (RN)
Logradouro: AV. PRESIDENTE DUTRA

Bairro: Alto de São Manoel
Nº: XXXXX

Tipo do Local: Via Pública

| Natureza | Meio(s) Empregado(s) |
|---|----------------------|
| 1095: Auto lesão - Acidente de trânsito | Não Houve |

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: PATRICK NILSON PINTO DE MENEZES (VÍTIMA, COMUNICANTE, CONDUTOR)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: RN - Mossoró Sexo: Masculino Nasc: 27/03/1999
Profissão: Estagiário
Estado Civil: Solteiro(a)
Nome da Mãe: MARIA APARECIDA PINTO TEOFILO Nome do Pai: JOSE NILSON DE MENEZES TEOFILO

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 017.055.914-93
RG - Carteira de Identidade: 003186111

Endereço

Município: Mossoró - RN
Logradouro: RUA DONA CABOQUINHA Nº: 378
Complemento: INT CAR NILSON
Bairro: SUMARE CEP: 59.634-088
Telefone: (84) 99844-8450 (Celular)

Nome Civil: JOSEILTON DE MELO SILVA (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: RN - Mossoró Sexo: Masculino Nasc: 23/12/1996
Profissão: Vendedor
Estado Civil: Solteiro(a)
Nome da Mãe: JANAINA MACEDO DE MELO SILVA Nome do Pai: FRANCISCO ROMAO DA SILVA

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 700.976.284-84
RG - Carteira de Identidade: 3354129

Endereço

Município: Mossoró - RN
Logradouro: SOLON ANDRADE Nº: 86



Delegado de Polícia Civil: Francisco Edvan de Queiroz
Impresso por: Gleibert Ribeiro Santos da Silva
Data de Impressão: 24/05/2019 14:55
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos

P.N.P.M.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL
1º DISTRITO POLICIAL DE MOSSORÓ - MOSSORÓ - RN

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 015860/2019

Bairro: DOM JAIME CAMARA
Telefone: (84) 99991-5845 (Celular)

CEP: 59.628-590

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

| | |
|---|---------------------------------------|
| Grupo Veículo | Subgrupo Motocicleta/Motoneta |
| CPF/CNPJ do Proprietário 020.601.874-60 | Placa MZM3811 |
| Renavam 00196914981 | Número do Motor KD05E2A020127 |
| Número do Chassi 9C2KD0520AR020127 | Ano/Modelo Fabricação 2010/2010 |
| Cor PRETA | UF Veículo Rio Grande do Norte |
| Município Veículo Mossoró | Marca/Modelo HONDA/NXR150 BROS MIX ES |
| Modelo HONDA/NXR150 BROS MIX ES | Veículo Adulterado? Não |
| Quantidade 1 Unidade | Situação Envolvido |
| Última Atualização Denatran 26/10/2017 | Situação do Veículo NADA CONSTA |
| Nome Envolvido | Envolvimentos |
| PATRICK NILSON PINTO DE MENEZES | Possuidor |

RELATO/HISTÓRICO

OS COMUNICANTES/VÍTIMAS COMPARECERAM A ESTA DELEGACIA DE POLICIA, PARA NOTICIAREM QUE NO DIA, HORA E LOCAL ACIMA CITADO, O SR. PATRICK CONDUZIA MOTOCICLETA ACIMA MENCIONADO, DE PROPRIEDADE DO SEU GENITOR, O SR. JOSE NILSON DE MENEZES TEOFILO, E TENDO O SR. JOSEILTON NO BANCO DO PASSAGEIRO (GARUPA), QUANDO UM OUTRO VEÍCULO, TIPO BICICLETA, EM SENTIDO CONTRÁRIO, QUE INVADINDO A CONTRAMÃO, E NÃO OBSERVANDO OS COMUNICANTES/VITIMAS NA REFERIDA MOTOCICLETA, VEIO A LHE COLIDIR, TENDO AS VÍTIMAS CAÍDO NO ALFALTO, SOFRENDO O SR. PATRICK LESÃO CONFORME CONSTA NO BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº. 45887/2019 E O SR. JOSEILTON SOFRENDO TAMBÉM LESÃO CONFORME CONSTA NO BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº. 45886/2019, AMBOS SOCORRIDOS PARA O HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA. RELATARAM AINDA OS DECLARANTES/VÍTIMAS QUE FORAM SOCORRIDO PELO O SAMU. E NADA MAIS DISSE.

ASSINATURAS

Gleibert Ribeiro S. da Silva
Mat.: 194.379-0 - APC / RN

Gleibert Ribeiro Santos da Silva
Responsável pelo Atendimento

Patrick Nilson Pinto de Menezes
PATRICK NILSON PINTO DE MENEZES
(Comunicante / Condutor / Vítima)

Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei sobem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



Abdral Gomes Fontes
CPF: 468.493.344-87
SUBSTITUTO



Delegado de Polícia Civil: Francisco Edvan de Queiroz
Impresso por: Gleibert Ribeiro Santos da Silva
Data de Impressão: 24/05/2019 14:55
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 25 de Setembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190530645

Vítima: PATRICK NILSON PINTO DE MENEZES

Data do Acidente: 13/04/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), PATRICK NILSON PINTO DE MENEZES

Após a análise dos documentos apresentados do pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Os documentos médicos apresentados não evidenciam a presença de sequelas permanentes, que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, não sendo caracterizada invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

Realizado tratamento conservador, conforme documento médico, datado de 13/04/2019, emitido pelo Dr. Luis Fernando Centi Nascimento CRM nº 4863 - RN, da Instituição HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA, que informa evolução sem sequela permanente e não sendo comprovada a existência de invalidez permanente.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00319/00320 - carta_31 - INVALIDEZ

00060160



Carta nº 14802305





SAMU
MOSSORÓ
192

Prefeitura Municipal de Mossoró
Secretaria Municipal da Saúde
SAMU MOSSORÓ 192

DECLARAÇÃO DE OCORRÊNCIA REGISTRO Nº 225

Mossoró 20 de Maio de 2019

Declaramos para os devidos fins que se fizerem necessários que o usuário **PATRICK
NILSON PINTO DE MENEZES, 20 anos, RG: 003.186.111**

Natureza da Ocorrência: Acidente automobilístico (Colisão moto x bicicleta)

Data da Ocorrência: 13/04/2019

Local da ocorrência: Avenida: Presidente Dutra/Alto de São Manoel (próximo a
Delegacia)

Viatura: USA – Unidade de Suporte Avançado de Vida - 01


Hora do Chamado: 12h 00min.

Procedimento no Local: Na cena, vítima foi submetida a imobilização (prancha, colar,
coxim e tirantes) e encaminhada para a Unidade de Saúde Hospital Regional Tarcísio
Maia, conforme regulação médica do **SAMU 192 Mossoró**.

Informamos ainda que o solicitante deste documento foi: Patrick Nilson Pinto de Menezes,
20 anos, portador de RG: 003.186.111

Estamos à disposição para mais informações.


Silvania do Monte Santiago
Matrícula 58682-1
Agente administrativo SAMU/Mossoró


Dixon Fradik Medeiros Lima
Matrícula 405418-3
Diretor do SAMU/ Mossoró

Dixon Fradik Medeiros Lima
Matrícula 405418-3
Diretor do SAMU/ Mossoró



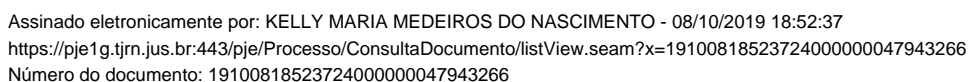
SAMU – Mossoró
Rua: Seis de Janeiro, 509 – Santo Antonio – CEP: 59611-070 – Mossoró – RN
Tel / FAX: (0xx-84)3315-4915
e-mail: samumossoro@hotmail.com

Abdoral Gomes Fontes
CPF. 468.490.344-87
SUBSTITUTO



Leus fendo Dr. albo
ORTOPEDIA - TRAUMATOLOGIA
CRM-4863

HOSPITAL REGIONAL TARCISIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SAME MOSSORÓ 26/04/29
Inesio Gomes P. Gomes
SAME/ARQUIVO
mat. 150.243-0



ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - VERDE

Paciente:37872 - PATRICK NILSON PINTO DE MENEZES (20 a 30 d)

Nascimento: 27/03/1999

Natural: MOSSORO.BRASIL

Sexo: M Cor: PARDA

CNS: 700403940661946

CPF: 01705591493

Prof:

Mãe: MARIA APARECIDA PINTO TEOFILLO

Pai: JOSE NILSON MENEZES TEOFILLO

Logradouro: DONA CABOQUINHA, 378

CEP: 59634088

Bairro: ALTO DO SUMARE

Cidade: MOSSORO

Telephone: 84.98448450

Compl: DADOS CORRIGIDOS

Motivo(alegado pelo paciente): QUEDA - MOTO

Tipo: REGULADO

Origem: SAMU RN

*Empresa:

OBS:

Classificação:

13/04/2019 12:47:28

PESO:

[illegible]

HISTÓRIA - EXAME FÍSICO

Queixas: ESCORIAÇÕES DE ARRASTO E TRAUMA EM MÃO DIREITA

Hora: :

**HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL.**

SAME MOSSORÓ 2610411

SAME / ARQUIVO

ingr. 150.343-0

Diagn. Inicial:

[illegible]

*SAÍDA: () Decisão médica () Transferido () Evasão () Óbito () Interna: (Preencher CID, PROC)

CID: _____ Proc. _____ Data: ____/____/19. Hr: ____:____ Médico: _____

*Gerado via SX por ANTONIO CAVALCANTE NEGREIROS. Impresso em 26 de Abril de 2019.

(Assinar e Carimbar)

